

Relação entre o ambiente de trabalho na segurança pública e o adoecimento psicológico: desafios da saúde mental no século XXI - uma revisão bibliográfica (2020-2025)**The relationship between the work environment in public security and psychological illness: mental health challenges in the 21st century - a literature review (2020-2025)****Relación entre el entorno laboral en la seguridad pública y el trastorno psicológico: desafíos de la salud mental en el siglo XXI - una revisión bibliográfica (2020-2025)**

DOI: 10.5281/zenodo.16029700

Recebido: 14 jul 2025

Aprovado: 16 jul 2025

Otavio Feriguetti

Graduando em Medicina

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: oferiguetti@gmail.com

Anna Claudia Ferrari

Graduando em Medicina

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: annaclaudiaferrari@gmail.com

Maria Clara Rocha Santos

Graduando em Medicina

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: mclararsvix@hotmail.com

Aline Bonfante

Graduando em Medicina

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: Alinebonfantee20@gmail.com

Caio Aloísio de Oliveira Cardoso

Graduando em Medicina

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: caioaloisio.cardoso@gmail.com

Natalia Grancieri

Mestre em Genética e Melhoramento

Instituição de formação: Centro Universitário do Espírito Santo - UNESC

Endereço: Avenida Fioravante Rossi, 2930 - Bairro Martinelli - Colatina/ES, CEP 29703-858

E-mail: nataliagrancieri@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como o ambiente organizacional das instituições de segurança pública impacta negativamente a saúde psíquica de seus profissionais. Dada a rotina extenuante e o contato frequente com episódios traumáticos, realizou-se uma revisão bibliográfica qualitativa de estudos publicados entre 2020 e 2025. Os resultados demonstram que elementos como pressão hierárquica, ausência de acolhimento institucional, escassez de recursos e estigmas culturais associados à saúde mental contribuem significativamente para o adoecimento psicológico. Condições como esgotamento emocional, transtornos ansiosos, depressivos e o TEPT são prevalentes entre esses profissionais. Ressalta-se a necessidade de estratégias voltadas à prevenção e à promoção da saúde mental, com ações que envolvam suporte emocional contínuo, qualificação de gestores e mudanças estruturais no modelo de gestão das instituições.

Palavras-chave: ambiente de trabalho; segurança pública; saúde mental; estresse ocupacional; adoecimento psicológico.

SUMMARY

This article aims to examine how the organizational context within public safety institutions adversely affects the mental well-being of their personnel. Due to intense routines and recurrent exposure to traumatic events, a qualitative literature review was conducted, covering scientific publications from 2020 to 2025. The findings highlight that structural aspects such as institutional neglect, excessive workload, cultural stigma, and hierarchical rigidity play a crucial role in the development of psychological disorders. Emotional exhaustion, anxiety, depression, and post-traumatic stress disorder are prevalent among public safety workers. The study reinforces the urgent need for comprehensive mental health initiatives, including ongoing psychological support, leadership training, and organizational reforms focused on creating safer and more empathetic work environments.

Keywords: work environment; public security; mental health; occupational stress; psychological illness.

RESUMEN

Este estudio tiene como propósito evaluar cómo el contexto institucional en los organismos de seguridad pública afecta de forma negativa la salud emocional de sus profesionales. Considerando la carga laboral intensa y la exposición constante a situaciones traumáticas, se realizó una revisión bibliográfica cualitativa basada en artículos publicados entre 2020 y 2025. Los hallazgos indican que factores como el autoritarismo jerárquico, la falta de apoyo organizacional, la escasez de recursos y el estigma relacionado con los trastornos mentales contribuyen al deterioro psicológico de estos trabajadores. Se identificaron altas tasas de agotamiento emocional, ansiedad, depresión y trastorno por estrés postraumático. El trabajo concluye que es urgente implementar medidas preventivas y estrategias de cuidado que incluyan apoyo emocional continuo, capacitación de líderes y transformaciones en la cultura institucional.

Palabras-clave: entorno laboral; seguridad pública; salud mental; estrés ocupacional; trastorno psicológico.

1. INTRODUÇÃO

As atividades desempenhadas pelas forças de segurança pública, incluindo policiais, agentes penitenciários, bombeiros e socorristas, caracterizam-se por uma alta exposição a riscos físicos e emocionais, além de enfrentamentos constantes a situações potencialmente traumáticas. Nesse sentido, tais profissionais vivenciam rotineiramente episódios de violência, conflitos intensos e ameaças à integridade física, o que tende a comprometer significativamente seu equilíbrio psíquico e emocional (Edgelow et al.,

2023). Ademais, elementos de ordem institucional e organizacional também se revelam determinantes na gênese de agravos à saúde mental desses trabalhadores, ampliando ainda mais o escopo de fatores de vulnerabilidade (Edgelow et al., 2023).

Sob essa perspectiva, é fundamental destacar que aspectos como ausência de suporte da gestão, clima organizacional hostil, carga horária extenuante e recursos operacionais limitados contribuem substancialmente para o surgimento de distúrbios psíquicos, como esgotamento profissional, transtornos de ansiedade e quadros depressivos (Carleton et al., 2022). Além disso, observa-se que a cultura institucional presente em muitas corporações desestimula o reconhecimento e o enfrentamento de sofrimentos psicológicos, o que favorece a cronificação de tais condições e dificulta o acesso a intervenções terapêuticas adequadas (Kiederer et al., 2024). Por conseguinte, o adoecimento mental entre esses trabalhadores frequentemente permanece oculto e subnotificado, agravando o cenário de desassistência.

Nesse contexto, estudos realizados no Brasil também apontam uma elevada incidência de sintomas relacionados à Síndrome de Burnout entre agentes da segurança pública. Tais manifestações decorrem, em grande parte, da exposição prolongada a fatores estressores, como a imprevisibilidade das ocorrências, a responsabilização constante por decisões críticas e a percepção de pouco reconhecimento institucional (Silva et al., 2024). Em consequência disso, a prevalência de sinais como exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional vem crescendo de forma preocupante, configurando um desafio tanto para a saúde individual dos trabalhadores quanto para a eficácia das instituições que integram.

Ademais, a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 agravou sobremaneira esse panorama, intensificando a sobrecarga de trabalho e elevando os níveis de tensão emocional entre os servidores da segurança. Com isso, tornou-se ainda mais evidente a carência de políticas públicas voltadas à promoção da saúde psíquica, à prevenção de agravos e à implementação de ações de acolhimento psicossocial dentro dos ambientes institucionais (Kiederer et al., 2024). Logo, a realidade enfrentada por esses profissionais exige atenção redobrada das autoridades e gestores da saúde ocupacional.

Diante dessa conjuntura, o presente trabalho propõe-se a realizar uma análise sistemática da literatura recente com o objetivo de compreender, de maneira crítica e aprofundada, a correlação entre o contexto laboral nas instituições de segurança pública e a manifestação de agravos mentais. A intenção é, por meio da revisão de estudos atuais, identificar os principais fatores desencadeadores do adoecimento psíquico e discutir estratégias que contribuam para a preservação da saúde mental e para o fortalecimento das práticas institucionais de cuidado aos profissionais da área.

2. METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo, com o objetivo de identificar e analisar a produção científica existente sobre a relação entre o ambiente de trabalho na segurança pública e o adoecimento psicológico dos profissionais dessa área. A escolha pela revisão da literatura justifica-se pela possibilidade de reunir, sistematizar e interpretar criticamente dados secundários, promovendo uma compreensão mais ampla e fundamentada do tema à luz das evidências disponíveis. A busca por publicações foi realizada no período de agosto a setembro de 2024, em bases de dados de acesso aberto reconhecidas pela comunidade acadêmica, como Scielo, PubMed e Google Acadêmico, Scopus, EBSCOhost e SpringerLink. A seleção dos materiais considerou critérios como relevância temática, atualidade e clareza metodológica, abrangendo estudos publicados entre 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados como filtros os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e palavras-chave pertinentes ao tema, tais como: “Ambiente de trabalho”, “Segurança pública”, “Saúde mental”, “Estresse ocupacional” e “Adoecimento psicológico”. Foram excluídos os estudos que não apresentassem relação direta com o objeto da pesquisa ou que não atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. Os artigos selecionados foram analisados de forma crítica e minuciosa, priorizando aqueles que mais se alinhavam ao objetivo do estudo. As informações obtidas foram organizadas e interpretadas com a finalidade de identificar os principais fatores psicossociais associados ao adoecimento mental dos profissionais de segurança pública, bem como suas implicações para a formulação de políticas públicas e estratégias de prevenção em saúde ocupacional.

3. FATORES PSICOSSOCIAIS E ORGANIZACIONAIS NO ADOECIMENTO MENTAL

As perturbações mentais relacionadas às condições laborais configuram-se, atualmente, como uma preocupação crescente nas esferas da saúde pública e da gestão de pessoas, especialmente em função das mudanças profundas nas formas de organização do trabalho, nas exigências institucionais e nas transformações das relações interpessoais no ambiente profissional. Nesse contexto, diversos estudos científicos vêm evidenciando que o sofrimento psíquico oriundo do exercício profissional decorre, de maneira recorrente, de múltiplos elementos psicossociais e organizacionais, os quais se articulam de modo interdependente, intensificando o desgaste emocional dos indivíduos. Entre os fatores mais frequentemente identificados, destacam-se a intensificação da carga laboral, a cobrança por metas irrealistas, a ausência de suporte institucional, a indefinição dos papéis funcionais, a verticalização autoritária das estruturas hierárquicas, a banalização da violência simbólica e a fragilização dos vínculos contratuais (Francisco et al., 2021).

Além disso, torna-se imprescindível considerar que o modo como o trabalho é concebido, distribuído e gerido nas instituições interfere significativamente no estado de equilíbrio emocional dos trabalhadores. A ausência de valorização subjetiva, o reconhecimento profissional escasso por parte das lideranças e a limitação da autonomia funcional figuram como elementos estruturais persistentes que comprometem, progressivamente, a integridade psíquica do indivíduo. Conforme salientado por Silva e Vieira (2023), quando os contextos organizacionais se constituem a partir de práticas gerenciais pautadas pela desumanização e pela rigidez excessiva, favorece-se o surgimento de quadros clínicos como transtornos depressivos, síndromes ansiosas, alterações nos padrões de sono, comportamentos aditivos e, em situações mais extremas, pensamentos ou condutas suicidas. Dessa forma, é essencial que se compreenda o adoecimento mental não apenas sob a ótica individualizante, mas sim enquanto fenômeno coletivo, vinculado a determinantes institucionais e estruturais.

Nesse cenário, a síndrome de esgotamento profissional, também conhecida como burnout, representa uma das manifestações clínicas mais paradigmáticas do sofrimento laboral. Tal condição tende a emergir especialmente em ambientes caracterizados por demandas elevadas, escassez de recursos, extensas jornadas e falta de reconhecimento institucional. Conforme demonstrado por Teixeira et al. (2022), ambientes profissionais marcados por intensa pressão e restrita possibilidade de controle sobre as próprias atividades ampliam sobremaneira a incidência dessa síndrome, a qual se expressa por meio de exaustão crônica, distanciamento afetivo do trabalho e sentimento de inficácia. A persistência desses fatores implica não apenas prejuízos à saúde individual, mas também disfunções coletivas no interior das organizações, gerando impactos negativos sobre a produtividade e a coesão das equipes de trabalho.

Outro elemento de natureza psicossocial que contribui significativamente para o comprometimento da saúde mental nas instituições diz respeito à fragilidade dos vínculos de solidariedade e apoio no espaço organizacional. A ausência de empatia nas interações entre colegas, a competitividade exacerbada e a negligência das chefias frente a situações conflituosas atuam como fatores agravantes da deterioração emocional. Esse cenário contribui para a formação de ambientes laborais tóxicos, nos quais predominam relações desagregadas, a negação do sofrimento e o silenciamento das vulnerabilidades. Conforme apontado por Reis et al. (2024), a criação de redes institucionais de apoio e a promoção de uma cultura organizacional alicerçada na escuta, no respeito e na valorização da subjetividade dos trabalhadores representam estratégias fundamentais para a prevenção do sofrimento psíquico e para o fortalecimento da saúde coletiva no espaço laboral.

Em vista disso, é possível afirmar que os determinantes psicossociais e organizacionais transcendem a dimensão individual e ocupam posição central nos processos contemporâneos de adoecimento psíquico.

A interpretação desses elementos demanda um olhar atento, sensível e intersetorial, comprometido com a formulação de práticas institucionais que priorizem a dignidade humana, a saúde integral e o desenvolvimento sustentável dos vínculos de trabalho. A implementação de políticas internas voltadas à democratização das relações, ao fortalecimento da participação dos colaboradores, à criação de espaços permanentes de acolhimento psicológico e ao reconhecimento contínuo dos esforços realizados se constituí como imperativo ético e político diante dos desafios enfrentados pelas organizações no século XXI. A construção de ambientes laborais saudáveis, empáticos e emocionalmente sustentáveis não apenas promove o bem-estar dos profissionais, mas também favorece o êxito institucional e a qualidade dos serviços ofertados à sociedade.

4. EXPOSIÇÃO CONTÍNUA A SITUAÇÕES TRAUMÁTICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS

Os trabalhadores da segurança pública – como policiais civis e militares, bombeiros e agentes penitenciários – constituem um segmento profissional particularmente vulnerável à vivência reiterada de episódios potencialmente traumáticos (EPTs) no cotidiano de suas atribuições. Tais episódios englobam, entre outros, confrontos armados, homicídios, acidentes fatais, situações de ameaça iminente à vida e o contato direto com o sofrimento humano em suas formas mais agudas. Essa convivência prolongada com contextos de elevado risco e violência exacerbada exerce profundo impacto sobre a saúde mental desses indivíduos, favorecendo a emergência de transtornos psicopatológicos diversos, com destaque para o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), transtornos depressivos, distúrbios ansiosos e a síndrome de exaustão profissional, também conhecida como burnout (McMillan et al., 2025).

Evidências científicas recentes apontam que a prevalência de manifestações sintomatológicas compatíveis com o TEPT entre profissionais da segurança pública é substancialmente superior à verificada na população em geral, sinalizando o elevado ônus psíquico inerente à natureza de suas atribuições funcionais. Tal cenário implica não apenas um desafio clínico, mas também uma problemática de saúde coletiva, uma vez que a deterioração do estado mental desses trabalhadores repercute negativamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade, comprometendo sua eficácia e segurança (McMillan et al., 2025).

Além disso, a exposição reiterada a estímulos traumáticos não apenas compromete o equilíbrio psíquico individual, mas acarreta repercussões funcionais significativas, tais como o aumento da frequência de afastamentos por motivo de saúde, a queda da produtividade e o agravamento de conflitos interpessoais no ambiente institucional. Pesquisas demonstram que esses fatores implicam custos financeiros elevados

às organizações e ampliam o desgaste nas relações de trabalho, tornando mais complexa a gestão do bem-estar psicossocial nas corporações de segurança pública (Carleton et al., 2024).

Outro aspecto crítico refere-se à elevada taxa de subnotificação e subtratamento dos transtornos mentais nesse segmento, frequentemente alimentada por um estigma estrutural que associa a busca por apoio psicológico à fragilidade ou à falta de preparo emocional para o exercício das funções. A cultura institucional vigente em muitos desses ambientes tende a desencorajar a expressão do sofrimento psíquico, o que contribui para a cronicidade dos quadros clínicos e para o agravamento das comorbidades associadas.

A interseção entre vivência traumática e consumo prejudicial de substâncias psicoativas também tem sido objeto de crescente preocupação na literatura especializada. Diversas investigações indicam que profissionais da segurança pública, particularmente aqueles frequentemente expostos à morte violenta ou ao sofrimento extremo, apresentam risco aumentado para o desenvolvimento de transtornos relacionados ao uso de álcool, benzodiazepínicos e outras substâncias, muitas vezes utilizadas como estratégias inadequadas de enfrentamento das tensões emocionais acumuladas (Bonumwezi et al., 2023). Esse padrão de comportamento de risco contribui para a deterioração da saúde física e mental desses trabalhadores, acentuando sua vulnerabilidade e dificultando processos de reabilitação.

Diante dessa realidade, impõe-se a formulação e implementação de políticas públicas e institucionais que reconheçam as especificidades desse grupo profissional e ofereçam suporte contínuo, qualificado e acessível em saúde mental. Programas estruturados de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de transtornos psicológicos devem ser integrados às rotinas organizacionais das instituições de segurança, incluindo ações de educação permanente, promoção da resiliência e intervenções psicoterapêuticas baseadas em evidências. Além disso, a criação de espaços seguros de escuta e acolhimento é fundamental para reduzir o estigma e fortalecer o vínculo entre os trabalhadores e as estratégias de cuidado oferecidas (Jones et al., 2024).

5. CULTURA INSTITUCIONAL E ESTIGMATIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

No contexto das corporações vinculadas à segurança pública, observa-se que a estrutura cultural vigente exerce influência substancial sobre a forma como os trabalhadores interpretam e enfrentam aspectos relacionados ao adoecimento psíquico. Normas institucionais arraigadas, alicerçadas em valores como rigidez hierárquica, autoritarismo disciplinar e a exaltação da autossuficiência emocional, tendem a consolidar um ambiente ocupacional no qual a manifestação de fragilidade psicológica é comumente associada à incompetência profissional ou à ausência de preparo para o exercício da função (Ricciardelli,

Johnston, 2023). Assim, tais pressupostos dificultam sobremaneira a verbalização do sofrimento mental, promovendo o silêncio institucionalizado e a negação dos sintomas emocionais.

De acordo com estudos contemporâneos, o estigma social e organizacional em torno da saúde mental encontra-se profundamente enraizado nas instituições que compõem o sistema de segurança pública. Esse fenômeno interfere diretamente na disposição dos trabalhadores em procurar apoio especializado, uma vez que prevalece o temor de que tal atitude comprometa sua reputação, estabilidade funcional ou perspectivas de ascensão na carreira (Johnston, Ricciardelli, Coulling, 2024). Essa dinâmica contribui para o agravamento de transtornos mentais não diagnosticados, elevando inclusive o risco de desfechos mais severos, como o suicídio, especialmente entre agentes que não recebem suporte psicológico adequado.

Além disso, constata-se que a estigmatização não apenas obstrui o acesso a intervenções terapêuticas, como também fomenta a perpetuação de ambientes laborais marcados por tensão emocional crônica e ausência de acolhimento. A carência de políticas institucionais voltadas ao reconhecimento e manejo das demandas emocionais desses profissionais consolida a cultura do silêncio e da indiferença, dificultando a implantação de estratégias de prevenção e promoção de saúde mental no setor (Krakauer, Stelnicki, Carleton, 2020).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações estruturais voltadas à transformação da cultura organizacional vigente. É necessário fomentar práticas institucionais que valorizem o bem-estar psíquico dos servidores, promovam o reconhecimento da saúde mental como elemento essencial da integridade funcional e, sobretudo, que favoreçam a construção de uma cultura institucional que estimule o autocuidado e a solidariedade entre pares (Ricciardelli, Johnston, 2023). Nesse sentido, recomenda-se a implementação de programas de capacitação contínua voltados à desestigmatização da saúde mental, bem como a formação de lideranças com sensibilidade para identificar e encaminhar casos de sofrimento emocional de maneira ética e empática.

Ademais, é fundamental assegurar a existência de estruturas permanentes de atendimento psicológico, com garantia de sigilo profissional e respeito à privacidade dos atendidos. A criação de espaços institucionais para escuta qualificada, combinada com a oferta de suporte psicoterapêutico e psiquiátrico, representa uma estratégia eficaz para minimizar os efeitos deletérios da exposição contínua a situações estressantes e contribuir significativamente para a construção de ambientes organizacionais mais saudáveis e resilientes (Johnston, Ricciardelli, Coulling, 2024).

6. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NO SETOR DE SEGURANÇA PÚBLICA

A concepção e a implementação de medidas destinadas à prevenção dos transtornos psicológicos, assim como à promoção do equilíbrio emocional dos profissionais da segurança pública, representam desafios cruciais, sobretudo diante da elevada carga emocional e das condições de risco constantes às quais esses servidores encontram-se submetidos. Considerando-se a complexidade e a frequência dos eventos traumáticos inerentes às atividades exercidas por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e demais profissionais do setor, é imprescindível adotar abordagens preventivas e interventivas que considerem tanto o âmbito individual quanto o coletivo e institucional.

Dentre as ações mais eficazes, destacam-se os programas de suporte psicossocial entre pares, reconhecidos por sua contribuição substancial para a saúde mental desses trabalhadores. Tais iniciativas propiciam um ambiente acolhedor e seguro para o compartilhamento de experiências e o suporte mútuo, o que fomenta a construção de vínculos solidários entre os membros da corporação. Ao incentivar o senso de pertencimento e a empatia recíproca, esses programas contribuem significativamente para a diminuição do preconceito associado ao sofrimento psíquico, além de estimular a procura por auxílio especializado sempre que necessário (Ricciardelli, Johnston, 2023).

Paralelamente, cumpre ressaltar a relevância da capacitação das lideranças organizacionais, para que estejam habilitadas a identificar de forma precoce os indícios emocionais e comportamentais que sinalizam algum quadro de angústia ou sofrimento mental. Líderes preparados tornam-se agentes facilitadores, intermediando a comunicação entre os profissionais e os serviços de apoio, promovendo assim um ambiente institucional mais humanizado, empático e comprometido com a saúde psicológica coletiva (Johnston, Ricciardelli, Coulling, 2024).

Além disso, é imprescindível que as corporações de segurança pública disponibilizem serviços internos de assistência psicológica integrados à rotina institucional, tais como os Programas de Assistência ao Servidor (PAS). Esses programas devem ser acessíveis, sigilosos e cuidadosamente adaptados às especificidades e demandas singulares desses trabalhadores, visando superar obstáculos frequentes ao acesso ao cuidado, como o receio de exposição pública e o temor de possíveis repercussões negativas (Krakauer, Stelnicki, Carleton, 2020).

Por fim, revela-se essencial o desenvolvimento e a aplicação de políticas institucionais abrangentes que priorizem a preservação do bem-estar mental dos profissionais da segurança pública em todas as esferas hierárquicas. Tais políticas devem contemplar orientações claras para o manejo adequado das crises emocionais, a realização de campanhas educativas institucionais voltadas à sensibilização sobre saúde

mental e a realização contínua de avaliações psicossociais do ambiente de trabalho. Dessa forma, promove-se a construção de uma cultura organizacional efetivamente comprometida com a valorização e proteção da saúde mental, aspecto fundamental para a manutenção da força laboral e para a excelência na prestação dos serviços públicos à sociedade (Ricciardelli, Johnston, 2023).

7. CONCLUSÃO

A presente análise evidencia que os trabalhadores da segurança pública estão inseridos em ambientes ocupacionais altamente estressantes, caracterizados pela exposição contínua a situações traumáticas, sobrecarga funcional e carência de suporte organizacional. Esses fatores contribuem diretamente para o surgimento e agravamento de transtornos mentais como depressão, ansiedade, estresse crônico, síndrome de burnout e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). A cultura institucional predominante, muitas vezes baseada na rigidez hierárquica e na negação da fragilidade emocional, favorece o silenciamento do sofrimento psíquico e dificulta o acesso a cuidados adequados.

Além disso, a estigmatização associada às questões de saúde mental nas corporações de segurança gera barreiras significativas à busca por atendimento especializado, aumentando a probabilidade de agravamento dos quadros clínicos e repercutindo negativamente tanto na vida pessoal dos profissionais quanto na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A escassez de políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à prevenção e ao enfrentamento dessas condições reflete uma lacuna crítica na gestão da saúde ocupacional desses servidores.

Diante dessa conjuntura, torna-se essencial a formulação de ações integradas e contínuas, que contemplem desde a capacitação de lideranças para o reconhecimento precoce de sinais de sofrimento até a implementação de programas permanentes de apoio psicossocial. A construção de uma cultura organizacional que valorize o cuidado com a saúde mental, promova espaços seguros de escuta e estimule o autocuidado deve ser considerada uma prioridade ética e estratégica. Investir no bem-estar emocional desses profissionais é garantir a sustentabilidade do serviço de segurança pública, protegendo não apenas os servidores, mas toda a coletividade.

REFERÊNCIAS

BONUMWEZI, D. et al. Trauma exposure, post-traumatic stress disorder and alcohol and other drug use among Australian public safety personnel. **BMC Psychiatry**, v. 23, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em: <https://PMC12022364/>.

CARLETON, R. N. et al. Organizational Factors and Their Impact on Mental Health in Public Safety Organizations. **Journal of Occupational Health Psychology**, v. 27, n. 2, p. 123-135, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36360872/>.

CARLETON, R. N. et al. Work outcomes in public safety personnel after potentially traumatic events: A systematic review. **American Journal of Industrial Medicine**, v. 67, n. 1, p. 1–15, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38458612/>.

EDGELOW, M. et al. Mental health of public safety personnel: Developing a model of operational, organizational, and personal factors in public safety organizations. **Frontiers in Public Health**, v. 11, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2023.1140983/full>.

FRANCISCO, D. R. M.; RODRIGUES, A. P. G.; PEREIRA, G. K. R. Riscos psicossociais na saúde mental de policiais militares. **HOLOS**, v. 37, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10379>.

JOHNSTON, M. S.; RICCIARDELLI, R.; COULLING, R. “We must be mentally strong”: exploring barriers to mental health in correctional services. **Frontiers in Psychology**, v. 15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1258944>.

JONES, S. et al. First responder mental health, traumatic events and rural and remote experience. **Journal of Advanced Nursing**, v. 80, n. 3, p. 456–468, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jan.15856>.

KIEDERER, M. et al. Tackling Mental Health Challenges in the Public Safety Sector: Implementing and Evaluating Mental Health Programs. **NIOSH Science Blog**, 2024. Disponível em: <https://blogs.cdc.gov/niosh-science-blog/2024/05/09/mental-health-public-safety-sector/>.

KRAKAUER, R. L.; STELNICKI, A. M.; CARLETON, R. N. Examining Mental Health Knowledge, Stigma, and Service Use Intentions Among Public Safety Personnel. **Frontiers in Psychology**, v. 11, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.00949/full>.

MCMILLAN, K. A. et al. Associations between exposure to potentially psychologically traumatic events and mental ill health among New Zealand firefighters: A cross-sectional study. **Journal of Affective Disorders**, v. 320, p. 1–9, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40174447/>.

REIS, I. J. S. et al. O impacto da saúde mental na qualidade do trabalho da polícia militar do estado do Pará: desafios e conquistas. **Revista Foco**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-da-saude-mental-na-qualidade-do-trabalho-da-policia-militar-do-estado-do-pará-desafios-e-conquistas/>.

RICCIARDELLI, R.; JOHNSTON, M. S. Documenting the mental health climate in correctional work and the realities of suicide. **Frontiers in Psychology**, v. 13, 2023. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.1026821/full>.

SILVA, A. O. et al. Fatores associados à Síndrome de Burnout em policiais: uma revisão de escopo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cKHqQRsBFRghCW6k7rbKzDc/>.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c7trbjmJ3RRnpDyHsNcJJKh/>.

TEIXEIRA, J. R. B. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e síndrome de burnout em policiais militares em uma grande cidade do estado da Bahia. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 12, n. 70, p. 3174-3180, 2022. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3174>.